



AGMP

Breves Notas

GOIÂNIA,
JULHO/2000

AGMP vai à Justiça contra o Fundo de Previdência

Por intermédio do advogado Getúlio Targino Lima, a AGMP deu entrada, na Vara da Fazenda Pública Estadual, a uma ação cautelar inominada para manter o percentual 6% da contribuição dos seus associados para o Fundo Estadual de Previdência. Além disso, na ação principal que será proposta, vai ser requerido que seja fixado o percentual de 9,455% como alíquota devida para o custeio das aposentadorias e pensões, bem como o acréscimo da previsão de recursos do Estado no aporte para o Fundo Estadual de Previdência, que foram excluídos na lei aprovada pela Assembléia Legislativa. **Página 3**



Conamp também está entrando na briga contra LRF, que já é questionada por 2 Adins

Página 4

Código Judiciário é sancionado e legislação do Ministério Público tem de passar por adequação

Página 5

Ivana toma posse dia 28 de agosto na presidência do Conselho Nacional de PGJs

Página 7


AGENDAAGENDAAGENDAAGENDAAGENDA
1º Congresso Brasileiro de Responsabilidade Civil Médica, Hospitalar, Laboratorial, Planos e Seguros de Saúde

Florianópolis (SC), 4 e 5 de agosto
Promoção: Instituto de Ciências Jurídicas
Informações e inscrições: (47) 433-6352. E-mail: incijur@zaz.com.br

III Jornadas Brasileira de Direito Processual Penal

Tema: A Reforma do Processo Penal
 Brasília, 23 a 26 de agosto
Informações e inscrições: Instituto Brasileiro de Ensino e Pesquisa. Fone

(61) 347-4748. E-mail: jornadas@ibep.com.br

XIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo

Goiânia, 13 a 15 de setembro de 2000
Informações e inscrições: Bidding, Consultoria e Treinamentos. Fone (41) 323-3555. E-mail: atendimento@bidding.com.br

1º Congresso Mundial do Ministério Público

São Paulo, 20 a 23 de setembro
Tema: Ministério Público e a Criminalidade Contemporânea
Realização: Associação Paulista do MP

Informações e inscrições: (11) 3676-0689. E-mail: congressomundial-apmp.com.br

VI Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

São Paulo, 3 a 6 de outubro
Temas em discussão: Mídia, Justiça Penal e Sociedade; Cinco anos da Lei nº 9.099/95; Aspectos penais e processuais penais dos crimes praticados por meio da informática; Aspectos ainda controvertidos da Lei dos Crimes de Sonegação Fiscal, entre outros.
Informações e inscrições: IBCCrim, (11) 3105-4607

Brevíssimas

VERBA ELEITORAL

Por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, a verba para os promotores eleitorais tem novos valores a partir deste mês, passando para R\$ 2.539,35. Ao promover o reajuste, o TSE entendeu que a Parce-

la Autônoma de Equivalência recebida pelos juízes federais compõe a base de cálculo para fixação dos valores do eleitoral. Apesar do reajuste, o valor líquido a ser recebido pelos colegas ficará muito próximo

do atual. Tudo por conta da mordida do leão, já que há mudança de alíquota de contribuição do Imposto de Renda. Resta a esperança de, no próximo ano, conseguir parte de volta, com a restituição.

PEDIDO DE DESCULPAS

Falando em seu nome e do pefelista Ronaldo Caiado, a deputada federal Nair Lôbo telefonou para membros do Ministério Público justificando que os dois erraram ao votar, na reforma do Poder Judiciário, pela manutenção do dispositivo que pretendia alterar a competência para julgamento das ações civis públicas, garantindo foro privilegiado por prerrogativa de função estabelecido para o crime. Felizmente, e apesar dos dois votos errados, o dispositivo foi rejeitado.

DESCONTO

A rede de Drogaria Santa Marta oferece desconto de 30% sobre os preços de medicamentos para quem apresentar a carteira da Unimed.

CASA DO PROMOTOR DO INTERIOR

Com as obras em ritmo acelerado, a nova Casa do Promotor de Justiça do Interior será inaugurada dia 25 de agosto e terá um novo regimento. A

colega Sandra Beatriz Feitosa é a responsável pela Diretoria da AGMP para elaborar as novas regras para utilização desse espaço. A mudança no re-

gimento é necessária por conta de toda a diferenciação que a Casa do Promotor terá. Sugestões podem ser enviadas pelo e-mail da AGMP.

DENTISTA

O Departamento Odontológico da AGMP passou a funcionar das 7h30 às 20 horas. O atendimento só para das 11h30 às 12 horas.


Breves Notas
Informativo da Associação Goiana do Ministério Público

Rua T-29, esq. c/ T-9, nº 1.758 – Setor Bueno. Fone (0**62) 285-6660. Fax (0**62) 251-1798. CEP 74215-050 – Goiânia – GO. **Presidente:** Mozart Brum Silva. **1ª Vice-Presidente:** Lenir Pedrosa Soares Correia. **2ª Vice-Presidente:** Sandra Beatriz F. de Paula Dias. **1º Secretário:** Fernando Aurvalle da Silva Krebs. **2º Secretário:** Fernando Braga Viggiano. **1º Tesoureiro:** Marilda Helena Vasconcelos. **2º Tesoureiro:** Deusivone Campelo Soares. **Diretor de Relações Públicas:** Celso C. Batistas. **Conselho Fiscal/Titulares:** Aidenor Aires Pereira, Jefferson Xavier de Souza Rocha, Valéria Marques Freitas. **Conselho Fiscal/Suplentes:** Aguinaldo Bezerra Lino Tocantins, Leandro Pereira Colombano e Milton Marcolino dos Santos Júnior. **Diretorias:** **Samp:** Max Esteves Pereira (diretor-geral) Valéria Cristina de Paula Magalhães e João Lacerda Jubé (Conselho Gestor). **Social:** Odiléia Fiori Tosi. **Social Adjunta:** Carla Fleury de Souza **Patrimônio:** Ário Augusto de Brito. **Estudos Jurídicos:** Aylton Flávio Vechi. **Cultural:** Eduardo Abdon Moura. **Assuntos Institucionais:** Rodolfo Pereira Lima Júnior. **Esportes:** Clínio Xavier Cordeiro. **Turismo:** Maria Thereza de Araújo Costa. **Convênios:** Lauro Machado Nogueira. **Jornalista Responsável:** Luiz Spada (Reg. Prof. GO582JP). **Editoração Eletrônica:** Casa das Letras. Fone (0 **62) 255-8939

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA

AGMP propõe ação cautelar inominada

Já está tramitando, perante a Vara da Fazenda Pública Estadual, ação cautelar inominada proposta pela Associação Goiana do Ministério Público que questiona o aumento da alíquota de contribuição do funcionalismo para o Fundo Estadual de Previdência. Tendo à frente o advogado Getúlio Targino Lima, a ação da AGMP requer, em caráter cautelar, a manutenção da atual contribuição de 6%, até que seja proferida a decisão final. Na ação principal, deverá ser pedida a fixação de 9,455% como alíquota devida pelos servidores para o custeio das aposentadorias e pensões, bem como acréscimo na previsão de recursos a serem aportados no fundo, que foram excluídos.

À Justiça, a AGMP mostra que, em novembro do ano passado, sem qualquer discussão com os servidores públicos ou com a sociedade, o governador enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei visando instituir o Regime de Previdência Estadual. O projeto original, destaca a ação, continha várias irregularidades e inconstitucionalidades, chegando ao ponto de prever contribuição para inativos



condicionada à aprovação de emenda constitucional pelo Congresso Nacional, bem como vinculação da alíquota àquela estabelecida para os servidores da União e a possibilidade de sua alteração por ato do governador.

A ação da AGMP ressalta que, até maio de 1996, não havia exigência de contribuição do servidor para aposentadoria – “o que havia era co-

brança destinada a custear despesas de saúde e fundo de pensão dos dependentes”. Além disso, lembra que, no modelo instituído com a reforma da previdência, baseado em uma atuação estatal retributiva, as alíquotas devem ser fixadas com base em cálculos atuariais, uma vez que, para a fixação ou alteração de alíquotas previdenciárias, deve-se observar o equi-

líbrio financeiro e atuarial.

Apesar disso, conforme diz a ação, a lei que instituiu o Regime de Previdência Estadual não só deixou de apresentar plano atuarial, como não obedeceu aos indicadores trazidos pelo plano atuarial, uma vez que este estabeleceu uma **taxa normal** e uma **taxa complementar** de contribuição – esta, referindo-se ao período não-contribuído (1988/1996). “Esse raciocínio bate frontalmente com o disposto no artigo 4º da Emenda Constitucional nº 20, que determina a conversão de todo o tempo de serviço em tempo de contribuição; portanto, estabelecendo uma presunção *juris tantum*, o que extirpa, por si só, qualquer possibilidade de se imputar taxa complementar aos servidores, por ausência de contribuição.”

O entendimento da AGMP é que a taxa complementar deve ser totalmente arcada pelo governo quando do aporte de recursos para o Fundo Estadual de Previdência. “Jamais pode ser imposta aos trabalhadores do serviço público. Não há na Constituição qualquer possibilidade de cobrança de contribuição previdenciária a *posteriori*.”

Conselho regulamenta pagamentos do SAMP

Em reunião do Conselho Consultivo do SAMP, ficou deliberada a edição de portaria para regulamentar a forma de pagamento dos procedimentos médicos com cobertura e sem previsão na tabela da AMB. Em tais casos, será adotado o valor de procedimento similar com previsão na referida tabela.

O Conselho Consultivo do SAMP também discutiu sobre o reembolso oftalmológico. Como é sabido de todos, as novas regras excluíram o reembolso, que representavam gastos em torno de 10%/ano, o que, na atual sistemática, não poderia ser suportado, já que o plano de saúde dá cobertura integral nas diversas moléstias. Ape-

sar das reclamações que surgiram, a medida é necessária para garantir o plano como um todo (sem falar no fato que nenhum plano de saúde promove esse tipo de reembolso).

Ainda em relação ao SAMP, informamos que sairá em breve livreto contendo, além do regulamento específico, a rede credenciada. Por

falar nisso, insistimos com os associados para que utilizem o máximo possível a rede. Afinal de contas, isso representa economia de 12%, especialmente nos procedimentos laboratoriais e cirúrgicos. Para facilitar a utilização da rede conveniada, será emitida em breve a carteira do SAMP, acabando com o sistema de emissão de guias.

Conamp prepara Adin para questionar a LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal vai enfrentar mais uma ação direta de inconstitucionalidade, que será proposta ao Supremo Tribunal Federal pela Confederação Nacional do Ministério Público. A decisão de propor a Adin foi tomada na reunião da Conamp, realizada em Gramado (RS), no final de junho, e será a primeira ação interposta pela entidade depois da alteração de seu estatuto.

O questionamento que a Conamp fará refere-se ao ponto em que fixa para os Estados o limite de gastos com pessoal por Poder e para o Ministério Público. A decisão foi tomada por unanimidade dos membros do Conselho Deliberativo da Conamp, que entenderam ser o dispositivo ofensivo ao princípio federativo.

Para o ingresso da Adin, foi contratado o escritório do ex-procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, bem como parecer do professor Celso Bastos. Vale ressaltar que já foram interpostas duas ações questionando a Lei de Responsabilidade Fiscal – uma pela mesa diretora da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e outra pelo PC do B, PT e PSB. Enquanto a ação dos partidos ataca vários dispositivos da Lei, a do Legislativo mineiro questiona apenas os percentuais de pessoal.



De olho na reforma do CPP

Na mesma reunião de Gramado (RS), a Conamp constituiu comissão para discutir a reforma do Código de Processo Penal, tendo em vista que já é grande a movimentação, no Congresso Nacional, para modificar o CPP. Em Goiás, a

AGMP vai instalar, ainda em agosto, grupo de estudos para avaliar as propostas que estão em tramitação, bem como para a discussão de outras.

No governo, são vários os anteprojetos de lei apresentados para alterar o Código. Entre as mudanças

propostas, estão mudanças nos dispositivos que tratam da defesa efetiva, dos procedimentos, das provas testemunhal, pericial e ilícita, do interrogatório do acusado, da prisão, das medidas cautelares e da liberdade, do Tribunal do Júri e da investigação policial.

Aidenor Aires assume a Assessoria Jurídica da AGMP

O colega Aidenor Aires de Pereira é o assessor jurídico da Associação Goiana do Ministério Público. Eleito para integrar o Conselho Fiscal da entidade, Aidenor Aires afastou-se do cargo para assu-

mir as novas funções, o que está previsto para agosto.

A criação da Assessoria Jurídica foi decidida pela direção da AGMP, depois que foi extinto o cargo de diretor jurídico da entidade. À nova assessoria caberá

atender aos associados que, em decorrência do exercício de suas funções, necessitem de assistência de advogado para sua defesa. Além disso, o assessor jurídico tocará as demandas em que haja interesse da Associação.

CÓDIGO JUDICIÁRIO

Em breve, mudanças também no Ministério Público

Já está em vigor o novo Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás. Aprovado no final de junho pela Assembléia Legislativa, o Código, que traz mudanças significativas na estrutura do Judiciário, foi sancionado pelo governador Marconi Perillo no dia 12 deste mês e entra em vigor no início de setembro, tendo em vista veto ao artigo que determina a vigência imediata da lei – com isso, foi aplicada a regra da Lei de Introdução do Código Civil, que é de 45 dias.

Com as mudanças introduzidas no Código de Organização Judiciária e, por força de dispositivo constitucional, deve ser enviado imediatamente, à Assembléia Legislativa, projeto de lei pela procuradora-geral de Justiça. O objetivo do projeto será adequar a legislação do Ministério Público às novas regras.

As mudanças

O Código, além de aumentar para 32 o total de desembargadores, cria mais seis cargos de juiz de Direito em Goiânia e um em Anápolis. Além disso, cria um Juizado Especial nas comarcas de Acreúna, Anicuns, Goianira, Mozarlândia, padre Bernardo e São Miguel do Araguaia. Ele também altera a classificação das comarcas para de entrância inicial, entrância intermediária e entrân-



cia final – a esta pertence somente a capital.

Com a mudança de classificação das comarcas, praticamente todas aquelas de segunda e de terceira entrâncias passam a ser denominada de intermediárias – no caso das de terceira, a exceção é para Goiânia e, em relação às de segunda, as exceções ficam por conta de Alexânia, Anicuns, Bom Jesus, Caiapônia, Corumbá de Goiás, Itapaci, Itapuranga, Mara Rosa, Padre Bernardo, Paraúna, Piracanjuba, Pires do Rio, Planaltina, Pontalina, Rubiataba, São Luiz dos Mon-

tes Belos e Silvânia, que passam a ser comarcas de entrância inicial. Todas as comarcas de primeira entrância (exceto a de Minaçu, que fica como intermediária) são classificadas como de entrância inicial.

A transformação das comarcas, contudo, só ocorrerá com a respectiva vacância. Assim, até que os cargos fiquem vagos, permanecem as mesmas regras vigentes, preservando-se o direito adquirido. Vale ressaltar que as vagas a serem providas por promoção para Goiânia serão preenchidas por aqueles que, na data da

entrada em vigor da lei, forem titulares de comarca de segunda entrância.

As mudanças provocadas com o novo Código de Organização Judiciária não param aí. A nova lei trouxe significativa alteração também no aspecto vencimental. Com isso, os vencimentos ou subsídios dos desembargadores corresponderão a 95% do que perceberem os ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Para aplicação imediata dessa regra, a lei estabelece que o percentual será aplicado enquanto não for fixado o subsídio que leve em conta todas as verbas remuneratórias dos ministros, inclusive auxílio moradia, sobre ela incidindo as vantagens pessoais. A lei altera, também, a diferença do percentual de entrância para entrância, que passa a ser de 5% de uma para outra.

Em conversa com o presidente da AGMP, Mozart Brum Silva, o presidente da Asmeço, desembargador Jamil Pereira de Macedo, informou que somente em 2002 os reflexos vencimentais da lei ocorreriam em sua totalidade, já que, este ano, apenas 50% do aumento seria concedido e o restante dividido em dois anos (25% em 2001 e 25% em 2002). De qualquer forma, a luta da AGMP será para implementar a mesma política remuneratória no Ministério Público.

ANIVERSARIANTES DE AGOSTO

3 Abraão Júnior Miranda Coelho	Aparecida de Goiânia	Deusdete Carnot Damacena	Morrinhos
Luiz Gonzaga Pereira da Cunha	Goiânia	14 Márcia Maria Samartino	Caçu
Maria Marly Santos Maia	Aposentada/Goiânia	15 Cejana Louza Ferreira Batista	Abadiânia
4 Elizabeth Costa Abreu	Goiânia	19 Carla Brant Corrêa	Goiânia
5 Cristovam Francisco da Ávila	Aposentado/Goiânia	José Carlos Mendonça	Jaraguá
7 Mauro de Freitas Corrêa	Aposentado/Goiânia	Eline Petroni Caiado Fleury	Trindade
Mário Ribeiro Martins	Aposentado/Anápolis	20 José Augusto de F. Falcão	Goiânia
Osvaldo Rodrigues de Faria	Aposentado/Goiânia	23 Jefferson Xavier de S. Rocha	Luziânia
Ricardo Papa	Goiás	25 José Jeová de Araújo	Aposentado/Goiânia
Rodrigo Sé Patrício Barros	Iporá	27 Vivaldo Jorge de Araújo	Aposentado/Goiânia
Glauber Rocha Soares	S. Ant. Descoberto	Paulo Sérgio Prata Rezende	Goiânia
8 Ludimila Ferreira P. de Rezende	Uruana	Roberta Pondé A. de Almeida	Pontalina
Everaldo Sebastião de Sousa	Jaraguá	28 Ana Maria R. da Cunha	Goiânia
Marinho Borges de Carvalho	Aposentado/Goiânia	Ronivan Peixoto de Morais	Aposentado/Anápolis
11 Maria Cecília de Assis Ferreira	Santa Helena	29 Fábio Dajar Jayme	Aposentado/Goiânia
12 Rodaney Ferreira Gandra Júnior	Goiânia	Adão Bonfim Bezerra	Aposentado/Tocantins
13 José Humberto Nunes Nogueira	Goiânia	Mirtes Gomes Siqueira	Padre Bernardo
		31 Altamir Rodrigues Vieira Júnior	Goiânia
		Cristiane Vieira de Araújo	Goiânia

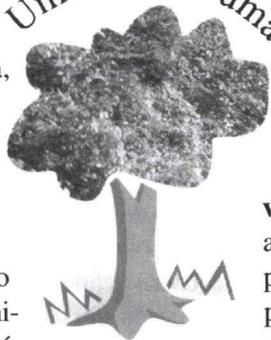
Sucesso na deflagração do programa DEIXE SUAS RAÍZES NO ARAGUAIA

Com grande presença de colegas e da comunidade acadêmica, foi lançada, no dia 11 de julho, na sede da AGMP, o programa **Deixe suas raízes no Araguaia**, que será desenvolvido pelo Ministério Público em parceria com o governo do Estado e a Universidade Católica de Goiás.

O programa tem por objetivo demonstrar a atuação positiva do MP na defesa dos recursos hídricos de Goiás e apontar para o Poder Público e para a coletividade alternativas de solução para a degradação ambiental das matas ciliares do rio.

O programa pressupõe a participa-

Um real vale uma árvore.



ção da população e uma das formas que cada um de nós tem de estar integrado na defesa do Araguaia é comprar o **vale verde**. Em valores de R\$ 1,00, R\$ 5,00 e R\$ 10,00, o **vale verde** é um cartão que vem acompanhado de um adesivo para veículo e de um folder explicativo sobre as várias espécies nativas do Araguaia. Cada real

arrecadado, que será gerido pela Fundação Aroeira/UCG, sob a supervisão do MP, será revertido na aquisição de mudas de plantas nativas para, na época das chuvas, serem plantadas, com a realização de projeto pedagógico com os alunos da rede pública de ensino.

PREPARE-SE. A PISCINA ESTÁ QUASE PRONTA

Antes de mais nada, as nossas desculpas pelo atraso na conclusão da reforma da área da piscina do clube. Mas queremos informar que tudo estará pronto para ser usufruído nos últimos dez dias dessas férias de julho. Os atrasados ocorreram basicamente por dois motivos: no meio do caminho, foram detectados alguns problemas hidráulicos que, é lógico, tiveram de ser sanados, e, depois, houve problema com o fornecimento das pedras destinadas ao calçamento (a empresa contratada não tinha o estoque necessário e fomos obrigados a buscar novo fornecedor). Apesar dos pesares, quem tem passado pela AGMP, fica a certeza: os associados e seus dependentes terão muito mais espaço e conforto depois de concluída a reforma.

MINISTÉRIO PÚBLICO GOIANO

Ivana é eleita presidente do CNPGJ

O eficiente trabalho da nossa procuradora-geral de Justiça, Ivana Farina, foi reconhecido por seus pares no Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPGJ), que a elegeram para presidente da entidade. A eleição ocorreu no dia 29 de junho, em Gramado (RS), durante o Congresso do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Ivana é a primeira mulher a assumir o cargo da entidade, que foi criada em 1981.

A escolha de Ivana Farina para o cargo se deu por unanimidade, depois que o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, Márcio Decat, retirou sua postulação e propôs uma composição em torno do nome da representante do Ministério Público goiano. Márcio Decat integra a nova direção do Conselho, cuja posse está marcada para Goiânia, no Espace La Fontaine, às 17h30 do dia 28 de outubro.

O consenso para a eleição de Ivana foi resultado do



entendimento de que nossa PGJ é a que melhores condições possui para enfrentar os difíceis momentos que se apresentam. Afinal, além de sua reconhecida competência e dinamismo, ela tem bom trânsito não só na Câ-

mara dos Deputados, como em alguns ministérios. Ivana é a segunda goiana a ocupar o cargo – antes, foi presidente o ex-procurador-geral Demóstenes Lázaro Xavier Torres.

Para Ivana Farina, sua

eleição significa “o reconhecimento nacional do trabalho que vem sendo desenvolvido por todo o Ministério Público goiano”. Entre as iniciativas que destacaram o MP de Goiás, a procuradora-geral de Justiça cita o estabelecimento de um Plano Geral de Atuação, com prioridades definidas, e os projetos especiais, “como o do Entorno do Distrito Federal, que acabou por trazer projeção nacional”. A adoção de projetos especiais foi recomendada pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça a todos os Ministérios Públicos do País.

São objetivos do CNPGJ, entre outros, a defesa dos princípios, prerrogativas e funções institucionais do MP e a integração da instituição em todo o território nacional. Também cabe ao Conselho traçar políticas e planos de atuação uniformes ou integrados, respeitadas as peculiaridades locais, e avaliar, periodicamente, a atuação do Ministério Público, promovendo o seu aperfeiçoamento.

PROMOÇÕES E REMOÇÕES

Última movimentação no Ministério Público

- **Jales Guedes Coelho Mendonça**, promotor de justiça substituto promovido por merecimento para Montes Claros de Goiás
- **Simone Sócrates Bastos**, promotora de justiça substituta promovida por antigüidade para Carmo do Rio Verde
- **Joel Pacífico de Vasconcelos**, promovido por merecimento da comarca de Niquelândia para a 3ª Promotoria de Justiça de Formosa
- **Cassius Marcellus de Freitas Rodrigues**, removido por antigüidade da comarca de Jussara para a 2ª Promotoria de Justiça de Ipameri

Pah... buft...



COMPETÊNCIA

Nossa companheira Marilda Helena, a *Marildinha*, mais uma vez mostrou sua competência no comando do coquetel que a AGMP ofereceu logo após o lançamento da campanha **Deixe suas raízes no Araguaia**. O atendimento, que não estava nenhuma *Bras-temp* logo no início, melhorou sensivelmente depois que *Marildinha* deu uma passada na cozinha e teve uma *conversinha* de leve com maître e garçons.

BIBLIOTECA

A Biblioteca da AGMP está mais enriquecida. Chegaram para o acervo, e já estão à disposição dos associados, as seguintes obras:

- **O Ministério Público no Estado Democrático de Direito**, do colega do MP paulista Edilson Santana Gonçalves, editado pela Livraria Siciliano
- **Revista Jurídica**, ano 1, nº 1, editada pelo Centro de Ensino Superior de Direito de Jataí, que tem como diretor o colega aposentado Evaristo Anania de Paula.

OLHA O CUPIDO AÍ...

Foi bastante prestigiado o casamento do colega Edson com sua Raquel, em Alvorada do Norte, no dia 5 de julho. Entre os padrinhos, Ivana Farina, Mozart Brum e Saulo de Castro Bezerra. A festa para comemorar o enlace dos pombinhos não deixou nada a desejar.



ESCOLHA O SEU

Os colegas que gostam de participar de congressos do Ministério Público têm duas boas oportunidades na semana de 12 de outubro. No mesmo período, estarão sendo realizados os Congressos Estaduais do MP da Bahia e de Santa Catarina.

NOSSO CONGRESSO

Promotores e procuradores de justiça de Goiás já têm compromisso marcado com a AGMP no período de 19 a 21 de outubro, quando estará sendo realizado o 3º Congresso Estadual do Ministério Público, que este ano terá sede em Pirenópolis. As discussões serão travadas na Pousada dos Pireneus, com quem foi fechado pacote de hospedagem – os apartamentos tipo single custam R\$ 228,00 e os tipo duplo, R\$ 146,00 por pessoa. Nesse valor, estão incluídas duas noites de hotel, dois cafés da manhã, dois almoços e um jantar e há a vantagem da isenção da taxa de serviço, além da possibilidade de dividir o pagamento em duas parcelas. Maiores informações com a nossa tesoureira, a companheira Marilda Helena Vasconcelos.

MESTRE

O colega Maurício Nardini é o mais novo mestre do MP. No dia 19 de julho, ele defendeu tese de Mestrado na Faculdade de Direito da UFG sobre responsabilidade penal da empresa agrária.

OBRIGADO

Os colegas Arnaldo e Fabiana Zamalhoa agradem as manifestações de solidariedade recebidas da categoria em razão do acidente automobilístico sofrido por ela no dia 27 de março. Segundo eles, o carinho e a amizade dos colegas foram fundamentais na completa recuperação de Fabiana.

CONVÊNIOS

- **Júlia da Paixão de Oliveira**. Psicóloga clínica e psicopedagoga. Rua 136 nº 186, Setor Marista, telefones 241-5080 e 241-4072. Segunda a sexta-feira, das 8 horas às 18h30. Consulta: R\$ 39,00
- **Umuarama Plaza**. Apatº single – R\$ 60,00; duploe – R\$ 60,00; triplo – R\$ 70,00. Rua 4 nº 492, Centro.

HOMENAGEM

O colega Benedito Torres Neto é o mais novo cidadão itaberino. A homenagem foi prestada pela Câmara de Vereadores de Itaberaí no dia 1º deste mês, quando ele recebeu o título honorífico.

Classificados

Quer vender, alugar, trocar? Este espaço está aberto à participação de todos os associados. Basta enviar o texto de seu anúncio por fax ou e-mail para a AGMP